

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 185/2002 de 7 de Novembro

A Região Autónoma dos Açores é proprietária do convento de Santo António, também conhecido por convento dos Frades, situado na vila da Lagoa, ilha de São Miguel, onde até há pouco tempo funcionou parte da Escola Básica 2/3 Padre João José do Amaral.

O referido imóvel, que dispõe de uma área coberta de 1,820 m² e logradouro de 1.644 m², foi classificado como imóvel de interesse público pela Resolução nº 55/2001, de 17 de Maio, pois constitui um precioso exemplar da arquitectura barroca, assumindo elevado valor histórico, cultural e patrimonial.

O conjunto arquitectónico em apreço foi, ao longo do tempo, objecto de diversas obras de recuperação e beneficiação, sendo de realçar o completo restauro da igreja do convento, que permitiu a reabertura deste templo ao culto.

O aproveitamento do convento de Santo António para instalação de uma pousada, integrada na rede nacional das Pousadas de Portugal – marcada pela qualidade e valorização do património histórico-cultural – é um importante contributo para o enriquecimento da oferta turística regional.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 60º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e ao abrigo do artigo 6º e seguintes do Decreto-Lei nº 24.489, de 13 de Setembro de 1934, o Governo Regional resolve o seguinte:

1.Ceder à Enatur, Empresa Nacional de Turismo, S.A., o convento de Santo António, situado na freguesia de Santa Cruz, concelho da Lagoa, ilha de S. Miguel, prédio urbano que se encontra inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 418º e descrito na competente conservatória do registo predial com o nº 834/020792/Santa Cruz;

2.A cedência é efectuada a título precário e gratuito e destina-se exclusivamente à instalação e exploração de uma pousada, que fará parte da rede das Pousadas de Portugal, exploradas pela Enatur, S.A., nos termos dos artigos 43º, 44º e 45º do Decreto Regulamentar nº 36/97, de 25 de Setembro;

3.As obras de adaptação do convento a estabelecimento hoteleiro ficam sujeitas, além das autorizações legais estabelecidas, a parecer vinculativo e acompanhamento da Direcção Regional da Cultura;

4.Fica salvaguardada a utilização da igreja do convento de Santo António nos actos de culto promovidos pela paróquia de Santa Cruz, bem como a intervenção da Câmara Municipal da Lagoa na gestão daquele templo;

5.Caso não seja respeitada qualquer das condições a que fica sujeita a presente cedência, o imóvel regressa à posse da Região, por despacho do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, desde que a cessionária seja notificada com antecedência não inferior a 90 dias;

6.O imóvel poderá, ainda, regressar à posse da Região, também nos moldes fixados no número anterior, se esta dele necessitar para outros fins de interesse público, sem prejuízo do disposto no número 8.1;

7.A reversão do imóvel à posse da Região não implica, para esta, o pagamento de qualquer indemnização por obras e benfeitorias efectuadas pela cessionária;

8 O auto de cessão, a elaborar pela Direcção de Serviços do Património, definirá as demais condições a que fica sujeita a presente cedência, nomeadamente:

- 1 A garantia de um prazo mínimo da cedência, por forma a viabilizar o investimento a efectuar pela Enatur, S.A.;
- 2 O estabelecimento de um prazo mínimo de exploração da pousada;
- 3 A fixação de prazos máximos para início e conclusão das obras de adaptação do convento a pousada;
- 4 A assinatura de um protocolo entre a Secretaria Regional da Economia, a Câmara Municipal da Lagoa e a Enatur, a partir da qual se contam os prazos previstos nos pontos anteriores, que estabelecerá as obrigações de cada uma daquelas entidades com vista à instalação e exploração da pousada.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Ponta Delgada, 7 de Outubro de 2002.- O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.